Governança e Proteção de Dados

Nome: Gabriel Domingues Silva Turma: 25E1-2

Tema: TP1

Prof. Heitor Melo Instituto Infnet

Conteúdo

1	Princípio da Transparência	2
2	Princípio da Limitação de Finalidade	2
3	Controlador vs. Operador de Dados	2
4	Princípio da Minimização de Dados	3
5	Importância do Consentimento Informado	3
6	Medidas de Segurança para Dados Pessoais	3
7	Dados Pessoais vs. Dados Sensíveis	3
8	Direitos do Titular	3
9	Princípio da Prestação de Contas	3
10	Incidente de Segurança e Respostas	3
11	Estudo de Caso: Consentimento e Finalidade	4
12	Estudo de Caso: Direitos do Titular	4
13	Estudo de Caso: Segurança de Dados Sensíveis	4
14	Estudo de Caso: Transferência Internacional de Dados	4
15	Estudo de Caso: Incidente de Segurança e Comunicação	4

1 Princípio da Transparência

O princípio da transparência no processamento de dados pessoais exige que os titulares sejam informados de maneira clara e acessível sobre como seus dados são coletados, armazenados e utilizados.

Aplicação: Uma organização pode garantir a transparência fornecendo políticas de privacidade detalhadas, explicando finalidades de uso e direitos dos titulares de dados.

2 Princípio da Limitação de Finalidade

Este princípio determina que os dados pessoais devem ser coletados para propósitos específicos e legítimos, não podendo ser processados para outras finalidades sem um novo consentimento.

Importância: Assegura conformidade com a GDPR e LGPD, protegendo os titulares de usos indevidos de seus dados.

3 Controlador vs. Operador de Dados

O **controlador** define os meios e finalidades do processamento de dados, enquanto o **operador** executa o tratamento sob instruções do controlador.

Exemplo: - Controlador: Um banco que decide coletar informações financeiras de clientes. - Operador: Uma empresa terceirizada que processa os dados para o banco.

4 Princípio da Minimização de Dados

Este princípio determina que apenas os dados estritamente necessários devem ser coletados e processados.

Benefícios: - Redução de riscos de vazamento de informações. - Maior conformidade com regulamentos de privacidade. - Menos custos com armazenamento e processamento de dados.

5 Importância do Consentimento Informado

O consentimento deve ser **livre, informado e inequívoco**. Ele pode ser obtido por meio de formulários digitais, assinaturas eletrônicas ou termos explícitos, e seu registro deve ser armazenado para auditoria.

6 Medidas de Segurança para Dados Pessoais

Para garantir a integridade e confidencialidade dos dados, as empresas podem adotar: - Criptografia de dados em trânsito e repouso. - Controle de acesso baseado em identidade. - Auditorias regulares de segurança.

7 Dados Pessoais vs. Dados Sensíveis

Dados pessoais: Nome, CPF, endereço. **Dados sensíveis**: Origem racial, religião, informações de saúde.

Por que a proteção é crítica? Dados sensíveis podem causar danos maiores em caso de vazamento, exigindo medidas extras de segurança.

8 Direitos do Titular

Dois direitos fundamentais: - **Acesso aos dados**: A empresa deve fornecer uma cópia completa dos dados armazenados. - **Correção de dados**: O titular pode solicitar a atualização de informações incorretas.

9 Princípio da Prestação de Contas

As organizações devem demonstrar conformidade com normas de proteção de dados, implementando: - Registros de atividades de processamento. - Políticas de proteção de dados revisadas periodicamente.

10 Incidente de Segurança e Respostas

Um incidente de segurança envolve acesso, vazamento ou destruição não autorizada de dados. Ações imediatas incluem: 1. Conter o incidente. 2. Avaliar o impacto. 3. Notificar autoridades e titulares afetados. 4. Implementar medidas corretivas.

11 Estudo de Caso: Consentimento e Finalidade

Problema: Uso indevido de dados para campanhas de marketing sem consentimento.

Solução: A empresa deve obter consentimento explícito e revisar suas práticas para cumprir a LGPD.

12 Estudo de Caso: Direitos do Titular

Problema: Atraso no fornecimento de dados solicitados pelo cliente.

Solução: Empresas devem garantir resposta em até 15 dias conforme a LGPD.

13 Estudo de Caso: Segurança de Dados Sensíveis

Problema: Vazamento de dados de saúde de pacientes.

Solução: Implementar criptografia, controle de acesso rigoroso e um plano de resposta a incidentes.

14 Estudo de Caso: Transferência Internacional de Dados

Requisitos: - Acordo contratual com cláusulas padrão da LGPD. - Avaliação do nível de proteção de dados do país de destino.

15 Estudo de Caso: Incidente de Segurança e Comunicação

Ações necessárias: 1. Notificar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). 2. Informar os titulares afetados. 3. Reforçar medidas de segurança para evitar novos incidentes.